

RESUMO: Desde 1998 (con)vivemos na Grande Cruzeiro, e nossas práticas são discutidas com a comunidade: projetos e processos. As ações extensionistas articulam-se às políticas da educação e da assistência social e a pesquisa realiza-se na rede e microrrede de proteção, conjunto de serviços no entorno do conselho tutelar, focamos o trabalho e os direitos do infantojuvenil. Apreendemos com o campo que as políticas que compõem a esfera da proteção às crianças e aos adolescentes vêm sendo precarizadas. As trabalhadoras da educação, da assistência social e da saúde não têm assegurados direitos trabalhistas imprescindíveis para um trabalho de qualidade. O curso de aperfeiçoamento surge neste esteio, com a demanda de enxergar essa realidade a partir dos trabalhadores que têm uma relação direta com esses sujeitos, perspectivando a garantia de direitos. Buscamos mediações que nos permitam avaliar as 'boas práticas', pensando com trabalhadores da saúde, educação, assistência social e conselheiros tutelares. Desde o início do curso vivenciamos uma riqueza de mobilizações: a UFRGS foi tomada pelo movimento de ocupações e greves, assim como as redes públicas de educação (municipal e estadual); as trabalhadoras da FASC seguem a luta contra as demissões... e a conjuntura impacta a continuidade do curso. Entre os temas abordados por palestrantes da universidade, trabalhadores municipais e professores da rede estadual, além de representantes da microrregião 5, refletimos sobre a realidade vivida, e aspectos conjunturais e estruturais do nosso país. Dividido em 10 blocos com temáticas variadas, os encontros se acontecem em três turnos: Uma conferência uma mesa de debate e o exercício da experiência refletida, para que os cursistas pudessem, a partir dos temas abordados, relacionar com dificuldades e acontecimentos no trabalho cotidiano. Abordando as diversas mediações existentes no local de trabalho e entre os colegas, que muitas vezes conviviam com diferentes regimes de contrato nesse espaço. A experiência refletida permitiu compartilhar suas frustrações, e o hiato que existe entre o que é cobrado como dever e as condições objetivas para alcançá-lo. Ficando evidente o processo de reconhecimento e identificação. Os relatos acerca do assédio moral, tanto por parte de quem cometeu quanto por parte de quem sofreu, assim como outros relatos e discussões de casos de violações de direitos das crianças e adolescentes para mediar a compreensão geral das contradições que permeiam esses ambientes de trabalho. Constatamos que os atravessamentos do privado em meio ao público confundem a relação de um serviço que é dever público, feito com dinheiro público, mas operado pela esfera privada. Isso se evidencia ao aprofundarmos a análise sobre as instituições em que os trabalhadores têm vínculo. Observamos que grande parte delas se declara sem fins lucrativos, a maioria tem uma relação com igrejas, essencialmente a católica, havendo também o envolvimento de empresas.